

DO PLANO AO PROJETO URBANO: EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE URBANISMO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO - O CASO DA FAU/UFRJ.

ALVIM, ANGÉLICA T. Benatti (1) ; RIGHI, ROBERTO (2)

Universidade Presbiteriana Mackenzie Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Rua da Consolação, 896 01302-907, Consolação, São Paulo, SP

(1) angélica.benatti.alvim@gmail.com

(2) robrighi@mackenzie.br

Resumo

O artigo discute os limites e desafios para o ensino de urbanismo nas escolas de Arquitetura e Urbanismo tendo em vista a relação dialética entre plano e projeto no percurso histórico da profissão no Brasil. Busca-se identificar teorias e paradigmas que orientaram o ensino do urbanismo e a formação do profissional – arquiteto e urbanista – frente aos desafios das transformações das cidades brasileiras ocorridas ao longo do século XX. A partir do estudo de caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, um dos mais antigos e importantes centros de referência para a formação do arquiteto e urbanista no Brasil discute-se a evolução do ensino de urbanismo e as perspectivas que se colocam na atualidade para este campo de conhecimento em articulação com a realidade das cidades brasileiras, em um contexto de desigualdades socioespaciais e intensas transformações.

Palavras – chave: ensino; urbanismo; arquitetura e urbanismo

Abstract

The article discusses the limits and challenges to teaching urbanism in schools of Architecture and Urbanism in view to the dialectical between plan design and the historical path of the profession in Brazil. It attempts to identify theories and paradigms that have guided the planning and teaching of Professional training an architect and urban planner – the challenges of the transformation of Brazilian cities that occurred over the twentieth century. A case study from the Faculty of Architecture and Urbanism, Federal University of Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, one of the oldest and most important centers for the formation of an architect and urban planner in Brazil discusses the evolution of teaching urbanism and prospects facing the current knowledge for this field in conjunction with the reality of Brazilian cities, in a socio-spatial of context inequalities and intense transformations.

Key-words: teaching, urban planning, architecture and urbanism

Resumen

El artículo analiza los límites y desafíos a la enseñanza del urbanismo en las escuelas de Arquitectura y Urbanismo en vista de la relación dialéctica entre El diseño del plan y la trayectoria histórica de la profesión en Brasil. Se trata de identificar las teorías y paradigmas que han guiado la planificación y la enseñanza de formación profesional – un arquitecto y planificador urbano – los desafíos de la transformación de las ciudades brasileñas que han ocurrido durante El siglo XX. Un estudio de caso de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Federal de Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, uno de los centros más antiguos e importantes para la formación de un arquitecto y planificador urbano en Brasil analiza la evolución de la enseñanza del urbanismo y las perspectivas hacia el conocimiento actual de este campo en colaboración con la realidad de las ciudades brasileñas, en un contexto de desigualdades socio-espaciales y las transformaciones intensas.

Palabras clave: enseñanza, urbanismo, arquitectura y urbanismo.

INTRODUÇÃO

A prática e o ensino de Urbanismo têm sido marcados por uma diversidade de abordagens e de enfoques sobre a cidade. Nas instituições de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, o percurso do ensino vincula-se aos paradigmas que orientam também a prática profissional do urbanismo, e que de certa forma, são moldados por contextos históricos, políticos e institucionais.

Este artigo, a partir do estudo de caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/ UFRJ, um dos mais antigos e importantes centros de referência para a formação do arquiteto e urbanista no Brasil, procura compreender a evolução do ensino de urbanismo em seus cursos de Especialização e Graduação, identificando os paradigmas que orientaram as transformações propostas, bem como, a abordagem atual e os desafios que se colocam para o futuro profissional – arquiteto e urbanista – frente à realidade das cidades brasileiras.

Parte de uma pesquisa acadêmica maior¹, a metodologia adotada consistiu em três etapas principais interligadas: levantamento e sistematização de bibliografia e de fontes secundárias; levantamento e sistematização de documentos junto aos arquivos e entrevistas com alguns docentes da FAU/UFRJ. Dado à escassez de fontes secundárias e de bibliografia diretamente relacionada ao assunto, entrevistas associadas a análise dos documentos, principalmente dos regimentos internos, grade curricular e ementas das disciplinas de urbanismo dos cursos analisados contribuíram significativamente para o estudo.

O artigo estrutura-se em três partes: inicialmente sintetizam-se os antecedentes históricos de formação da Instituição e as importantes iniciativas de institucionalização do ensino de Urbanismo a partir da década de 1930 e desdobramentos. Em seguida; apresenta-se uma síntese da evolução dos Cursos de Especialização em Urbanismo (criado em 1945 e extinto em 1992 – dando origem em seguida ao Programa de Pós – Graduação Strito Sensu em Urbanismo) e da Graduação em Arquitetura e Urbanismo (a partir dos anos de 1960) discutindo as transformações da estrutura curricular voltadas às possibilidades de atuação do profissional frente aos principais problemas urbanos de cada momento histórico. Na parte final, procura-se destacar os paradigmas que orientaram diferentes momentos dos cursos, explorando as particularidades da atualidade frente aos desafios da integração entre as várias disciplinas do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, principalmente no âmbito das relações entre plano e projeto urbano.

O PERCURSO DA FORMAÇÃO DO URBANISTA NA FAU/UFRJ

Antecedentes

A origem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ) remonta ao primeiro curso de Arquitetura do Brasil, criado em 1826, no âmbito da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios. O ensino artístico, estruturado dentro da Academia, seguia um modelo pedagógico de matriz francesa, reunindo cursos que compartilhavam uma base comum dedicada ao desenvolvimento de competências específicas daquelas artes. A partir de 1890, com o advento da República, as diretrizes do curso foram alteradas, quando criada a Escola Nacional de Belas Artes – ENBA. Em 1920 a ENBA passou a fazer parte da Universidade do Rio de Janeiro.

Com a Revolução de 1930, marco importante para a educação no país, o arquiteto Lucio Costa, assumiu, em 1931, a direção da ENBA, introduzindo uma visão transformadora no ensino de Arquitetura, que passou a apresentar uma orientação modernista, que institucionalizou, pela primeira vez, uma disciplina voltada ao ensino de Urbanismo. (PINHEIRO, 2005; MACHADO, PEREIRA, MARQUES DA SILVA, 2003) Então, Lúcio Costa criou três cadeiras novas: Urbanismo, Arquitetura Paisagística e Composição Decorativa e Tecnologia das Artes. Infelizmente, em setembro de 1931 em função das resistências de colegas às mudanças propostas, Lucio Costa afastou-se da direção, interrompendo suas iniciativas. No entanto, segundo Machado, Pereira e Marques da Silva (2003) a iniciativa de “separar o ensino da arquitetura do de belas-artes e

introduzir o ensino de urbanismo e do paisagismo no currículo [...]” foi considerada inovadora e alimentou novos movimentos de oposição ao modelo de ensino da escola.

Em 1935 em um contexto de fortalecimento da Cidade do Rio de Janeiro como centro cultural criou-se a Universidade do Distrito Federal (Decreto nº. 5. 513 de 04 de abril de 1935), sendo designado como reitor interino Anísio Espínola Teixeira². No Título I do Decreto, os fins da UDF são delineados, merecendo destaque a ênfase na articulação entre ensino e pesquisa na formação de profissionais e técnicos de vários ramos de atividades, bem como na formação do magistério, em todos os graus. A UDF foi constituída com cinco escolas, além de instituições complementares, a saber: Escola de Ciências; Instituto de Educação; Escola de Economia e Direito; Escola de Filosofia e Letras; e Instituto de Artes.

Para o curso de Arquitetura e Artes Decorativas³ que integrava o Instituto de Artes, foram delineados as seguintes funções: promover estudos técnicos e iniciativas com fins ao aperfeiçoamento da arquitetura, a intensificação do uso das artes nos interiores, a aplicação de artes às indústrias, a formação de técnicas industriais desenvolvidas em atividades de atelier e oficinas, projetando e executando, numa visão moderna de escola que conciliava ensino e prática em aulas de ateliês e laboratórios. Além de cursos de formação, foram criados outros cursos subdivididos em dois grupos: a) cursos de preparação de magistério e, b) cursos superiores de arte. No âmbito dos cursos superiores de arte que se inseriram três importantes cursos, considerados embriões da formação dos cursos de pós – graduação no país neste campo de conhecimento: Curso de Urbanismo, curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura e Curso de Aperfeiçoamento de Arquitetura Paisagística.

O artigo 19 deste documento, define o Curso de Urbanismo com vistas à “ *formação de thecnicos geraes para o planejamento e reforma das cidades, bem como de quantos thecnicos de cultura especializada necessarios aos serviços de urbanisação*”. O curso com duração máxima de dois anos e restrito à 10 vagas anuais, organizava as disciplinas em dois conjuntos de disciplinas (art. 20): a) cursos de fundamento que envolvia as disciplinas de história das artes e da indústria; de história da arquitetura; e de ciências sociais; b) cursos de conteúdo envolvendo as disciplinas evolução da cidade; organização social da cidade; organização econômica da cidade; organização administrativa da cidade e comparação de planos da cidade. O documento não explicita formalmente os pré-requisitos de formação necessários ao ingresso no curso, mas provavelmente, pelo conteúdo ministrado no âmbito das disciplinas eram aceitos prioritariamente arquitetos e engenheiros.

O Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura, que tem a mesma duração e o mesmo número de vagas, tinha como pré-requisito para ingresso a necessidade de formação em arquitetura ou engenharia (art. 25). No curso de Arquitetura Paisagística (artigos 27 e 30), não é explicitado o tempo de duração, mas como pré-requisito aceitavam-se diplomados em arquitetura ou

engenharia e, curiosamente, profissionais não diplomados que demonstrassem prática de jardim e conhecimento de português, desenho e noções de ciências.

Todos os cursos se organizavam em disciplinas de fundamento e de conteúdo enfatizando teoria, pesquisa e prática como ações integradas. As avaliações respeitavam as especificidades de cada curso aliando trabalhos práticos às aulas teóricas em ateliers. Inaugurava-se de fato um novo modelo de escola no Brasil. De acordo com a professora Margareth da Silva Pereira vários personagens⁵ importantes integraram os quadros docentes e discentes da UDF. Entre eles merece destaque a relação de alunos da primeira turma do Curso de Urbanismo do ano de 1935, listadas pela docente em suas pesquisas⁶: Adalberto C. Sant'Anna; Albino Santos Froufe; Adhemar Marinho da Cunha; Alvaro Vital Brasil; Carmem Velasco Portinho⁷; Carlos Henrique de Oliveira Porto; Dante Jorge de Albuquerque; Déa Paranhos; Firmino Fernandes Saldanha; Leonidas Vargas Dantas e Mario Cunha Pires de Amorim. Na primeira turma do curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura comparecem personagens importantes entre eles o arquiteto Oscar Niemeyer Soares Filho, formado em 1934 na ENBA. Entre os docentes estavam Lucio Costa como titular e Carlos Azevedo Leão, assistente do curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura, bem como o arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo⁸ titular do curso de Urbanismo. Outros importantes artistas brasileiros também fizeram parte do cenário da Universidade, entre eles Candido Portinari e Heitor Villa Lobos, nos cursos de Pintura Mural e de Cavalete e Música e Canto, respectivamente.

Pereira aponta ainda importância de Anísio Teixeira, político atento às questões da arquitetura e do urbanismo, viabilizando naquela ocasião no Rio de Janeiro a construção de escolas em todos os bairros e nos distritos rurais, fruto de uma série de decisões que já tinham sido discutidas por ocasião do Plano Agache, chamando para isso os arquitetos mais talentosos, mais modernizadores da própria universidade. Segundo Pereira, “à frente da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira tem como objetivo criar o novo perfil de uma universidade absolutamente moderna no Brasil e, no campo da Arquitetura chama o arquiteto e professor Lucio Costa, que havia tentando implementar uma modernização na ENBA”.

Em 1939 a Universidade Federal do Distrito Federal irá ser fechada em pleno Estado Novo, por meio do Decreto Federal nº 1063/39. Apesar de ter existido por um período inferior a quatro anos, a UDF surge como um divisor de águas em meio à agitação que marca o país naquele momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional e intensas transformações nas cidades. A ENBA passará por novas reformulações no final da década de 1930, com destaque para a criação do Museu Nacional de Belas Artes - MNBA, em 1937, localizado no mesmo edifício, e à separação das belas-artes da arquitetura em 1945 que passam a ser ensinadas em escolas específicas, no interior da Universidade do Brasil.

As inovações no campo do ensino em Arquitetura e Urbanismo, propiciadas na década de 1930, tanto com a passagem de Lucio Costa pela ENBA quanto pela criação da UDF e seus cursos de pós-graduação contribuem para alterar o cenário em relação ao ensino e à formação do arquiteto e urbanista no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro. A Lei nº 452/1937 criou a Universidade do Brasil e em sua estrutura a Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) e a Escola Nacional de Belas Artes¹⁰, duas escolas que ainda permanecem vinculadas por mais oitos anos. Somente em 1945, ocorreu a separação definitiva das duas escolas (Decreto nº 7918), quando a FNA mudou para o edifício (antigo hospício) na Praia Vermelha. A mudança da FNA para a Cidade Universitária na Ilha do Fundão só ocorreu em 1961. Em 1965, após a mudança da capital federal para Brasília, a Universidade do Brasil passou a ser denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lei nº 4.831) e a FNA de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Assim, entre 1945 e 1987 a FAU/ UFRJ abrigou dois cursos em sua estrutura - Graduação em Arquitetura e Especialização em Urbanismo – que de certa forma eram considerados complementares para aqueles profissionais que queriam atuar diretamente com a prática urbanística. Nos primeiros anos, as cadeiras de Urbanismo eram restritas na Graduação. Por outro lado, na Especialização elas bastante específicas, com uma vertente ligada à engenharia. A evolução das disciplinas oferecidas no curso de Especialização em Urbanismo e na graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/ UFRJ indicam as transformações de abordagens

O curso de pós- graduação em urbanismo: da especialização ao stricto sensu

O Curso de Urbanismo da FAU/UFRJ, implantado em 1945, começou a funcionar regularmente em 1953 como um curso “para graduados” ainda no âmbito da Faculdade Nacional de Arquitetura. Mais tarde, no início dos anos 1970 por meio do Processo nº 5417/1970 do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisas da UFRJ foi considerado um curso de “Lato Sensu”, na categoria Especialização (UFRJ/FAU/ Curso de Urbanismo, Regimento Interno/ 21 de novembro de 1990).

Foi, durante muitos anos, o único curso de especialização nesta área de conhecimento no país¹². Voltava-se para a formação complementar de arquitetos e engenheiros com enfoque específico no planejamento da cidade em suas diversas escalas. Era um curso que visava “formar um corpo técnico capaz de responder aos problemas físico-espaciais da cidade” (UFRJ/1970); um curso com o objetivo de “capacitar Arquitetos, Engenheiros–Arquitetos e Engenheiros-Civis, a desenvolverem pesquisas e projetos no campo do planejamento urbanístico, visando criar condições no espaço urbano para o desenvolvimento do homem. (UFRJ/FAU/Curso de Urbanismo, 1990).

No início dos anos de 1970, o curso enquadrava-se na legislação que regulamentou o exercício profissional de Engenheiros, Agrônomos, Arquitetos e Urbanistas: a Resolução nº 218 do

Conselho Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (CONFEA/CREA), de 29 de junho de 1973¹³. Desde então, até o encerramento de suas atividades em 1992/1993¹⁴, foram registrados os certificados dos urbanistas oriundos dele.

O curso era vinculado ao Departamento de Planejamento Urbano e Regional, denominado mais tarde Urbanismo e Meio Ambiente. No Regimento Interno de 1990 integrava o Curso dois órgãos: 1) Órgão de Direção composto pela Coordenação Geral e pelo Conselho Deliberativo; 2) Órgão de Execução: Conselho de Ensino; Conselho de Pesquisa; Secretaria e Serviço de Informação e Documentação de Urbanismo (SIDU).

A análise do conjunto de disciplinas ofertadas entre 1953 e 1971¹⁵, quando o curso era anual, delineiam alterações nas disciplinas oferecidas em três momentos distintos:

1) Entre os anos de 1953 e 1960, observa-se uma maior ênfase nas disciplinas de Evolução Urbana e Teoria e Prática do Planejamento das Cidades que eram oferecidas ao longo dos dois anos do curso divididas em duas partes. O curso também oferecia disciplinas ligadas à infraestrutura urbana e administração pública;

2) Entre 1961 a 1968 a alteração na nomenclatura da disciplina Teoria e Prática dos Planos das Cidades (1ª e 2ª parte) por Planificação Urbana e Regional I e II, a redução da carga horária de Evolução Urbana (oferecida apenas no primeiro ano) e a introdução da disciplina Tráfego, além de alteração na nomenclatura das disciplinas de infra-estrutura e administração pública refletem o momento histórico vivenciado pelo país no regime autoritário, em que o Estado era detentor da ação sobre a cidade e região.

3) No final da década de 1960, novas disciplinas ligadas a outras áreas do conhecimento particularmente a sociologia, o direito e a economia irão compor o curso, além da alteração de nomenclatura da disciplina de paisagismo que ganha o status voltado à conservação da natureza. As disciplinas voltadas aos métodos quantitativos e de administração pública são extintas.

A partir da década de 1970¹⁶, quando o curso passou a ser oferecido semestralmente, observa-se uma ênfase em disciplinas voltadas para a planificação territorial e ao desenvolvimento urbano, com enfoque na relação urbano e regional e na planificação setorial, particularmente em transportes e habitação. Disciplinas voltadas as análises estatísticas, sociologia urbana e geografia urbana e regional também passam a ter maior relevância no período indicando uma abordagem desenvolvimentista, própria do período militar. Já no final da década de 1970 até meados dos anos de 1980, embora houvesse a manutenção de disciplinas de planejamento territorial e técnicas estatísticas, novas disciplinas são introduzidas indicando uma tendência a renovação do curso num contexto de transição do momento político e de abertura democrática do país, entre elas “Interpretação de Imagens Aeroespaciais”; “Defesa do Patrimônio Cultural”; “Paisagismo” e “Análise e Elaboração de Projetos” .

No final da década de 1980, informações sobre a estrutura do curso para o ano de 1987 apontam alguns ajustes importantes que indicam outras transformações no ensino. Observa-se a redução do peso de disciplinas voltadas ao desenvolvimento urbano, à sociologia e à geografia urbana e regional, embora seja mantido o enfoque no planejamento urbano e regional e em disciplinas setoriais de transportes e de habitação. Por um lado, prevalecia ainda uma visão bastante operacional no curso, principalmente com a manutenção de disciplinas de base quantitativa. Por outro, destaca-se a inclusão de disciplinas voltadas à administração municipal e à renovação urbana, indicando uma tendência de revisão do curso frente a novos paradigmas que orientariam o planejamento urbano a partir de então. O curso naquele momento se estrutura em disciplinas Básicas, Instrumentais e Setoriais, sendo estas últimas eletivas.

Em 1985 a FAU/UFRJ aprovou junto à CAPES o Mestrado Acadêmico em Arquitetura, criando o Programa de Pós – Graduação em Arquitetura, que passou a funcionar em 1987. No início dos anos de 1990, ao assumir a coordenação do curso, a professora Denise Pinheiro Machado juntamente com as professoras Lilian Vaz (vice-coordenadora) e Rachel Coutinho buscam inicialmente renová-lo seja lutando por maiores recursos e bolsas para os alunos, seja por maior apoio institucional. Porém após discussões e avaliações internas, decidem encerrar o curso em 1992. Segundo relato de Machado, em entrevista para a autora, neste mesmo ano, um grupo de professores liderados por ela, fazem o projeto para o Mestrado em Urbanismo – aprovado pela congregação em dezembro do mesmo ano após uma negociação interna que iria ampliar as também linhas de pesquisa do Mestrado em Arquitetura.

O Mestrado do Programa de Pós – Graduação em Urbanismo, Proureb, foi aprovado pela CAPES em 1993, ligado ao Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente agregando naquela ocasião professores importantes do quadro da FAU/UFRJ. O curso foi proposto com duas áreas de concentração que permanecem até hoje: Projeto Urbano e História e Teoria do Urbanismo. Embora o Proureb utilize as mesmas salas e estrutura do Curso de Especialização em Urbanismo, a proposta do Mestrado era completamente diferente. “O curso de mestrado na época tinha como novidade o atelier de projeto, uma especificidade [...]”, enfatiza Machado. Ao focar o projeto urbano, o Proureb ao mesmo tempo que incorporou às discussões acadêmicas as questões que vinham sendo debatidas e formuladas no âmbito mundial e no cenário municipal, contribuiu para a ampliação do debate e formação de quadros importantes.

Machado aponta que, nesta ocasião, o arquiteto Luiz Paulo Conde¹⁷, diretor da FAU/ UFRJ entre o final da década de 1980 e 1992, assumiu a pasta da Secretaria Municipal de Urbanismo na gestão do prefeito Cesar Maia (1993 – 1996) promovendo importante interação entre os meios profissional e acadêmico. Para a professora, a onda de projetos urbanos que ocorre no Rio de Janeiro a partir de 1993, como o Rio Cidade, o Programa Favela Bairro, envolvem diretamente

docentes e discentes do Prourb, da FAU/UFRJ, que ora assumem cargos públicos¹⁸, ora participam destes projetos, ainda que de maneira não institucionalizada.

Atualmente são cinco linhas de pesquisa no PROURB: Morfologia, Estruturação e Projeto do Espaço Urbano; História da Cidade e do Urbanismo; Assentamentos Populares, Invasões e Habitação; Ambiente Urbano e Paisagismo; Gráfica Digital e Representação em Urbanismo.

Embora não tenha sido objeto da pesquisa analisar o percurso dos Programas de Pós – Graduação Strito Sensu na FAU UFRJ, ao que tudo indica, as disciplinas distribuídas nas linhas de pesquisa do Prourb, envolvem uma multiplicidade de temas e abordagens que, de certa forma, refletem a diversidade da cidade contemporânea e as possibilidades de atuação do urbanista.

O percurso da formação do urbanista observado por meio da análise da evolução/ extinção do Curso de Urbanismo também pode ser indicado na formação do arquiteto e urbanista no âmbito da Graduação. As alterações ocorridas entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 vão influenciar diretamente a ampliação de disciplinas de Urbanismo na Graduação, voltadas à prática projetual.

O curso de graduação em arquitetura e urbanismo e sua contribuição à formação do urbanista

Em suas primeiras décadas, principalmente entre os anos 1945 e 1960, o curso de graduação em Arquitetura da Faculdade Nacional de Arquitetura foi voltado essencialmente para a formação de arquitetos projetistas ¹⁹. A relação com a cidade era manifestada em algumas disciplinas básicas, oriundas principalmente do ensino de Belas Artes, mas não como eixo central do curso. Como já colocado, é o curso de Urbanismo para graduados que irá complementar a formação do profissional nesta área de conhecimento.

Os primeiros registros encontrados das disciplinas de urbanismo oferecidas para a graduação em Arquitetura coincidem com a mudança para o Campus da Ilha do Fundão quando a instituição passa a ser denominada de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A FAU/ UFRJ nesta ocasião em seu estatuto deveria abrigar dois cursos: Curso de Graduação em Arquitetura e Curso de Urbanismo para Graduados.

No currículo dos anos de 1960 encontrado nos arquivos da instituição, listam as disciplinas organizadas por departamentos, quando este é institucionalizado²⁰: A nomenclatura do Departamento, de certa forma, expressa a evolução das disciplinas e as transformações de enfoque no ensino desde o final da década de 1960. O Departamento de Urbanismo, cuja sigla inicial era FAU na década de 1960, passa a ser denominado de Departamento de Planejamento Urbano e Regional no início dos anos de 1970 com a sigla de DPUR, coincidindo com o momento político do Brasil, de ditadura militar, época em que predominava uma abordagem de

planejamento integrado. Em 1991, na gestão do então diretor Luiz Paulo Conde, a denominação atribuída é de Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente, mantendo a sigla DPUR. Ao que tudo indica, a intenção é a renovação e uma ampliação das cadeiras de urbanismo no curso de graduação.

A partir da análise das disciplinas entre 1960 e 2006 é possível observar três momentos distintos que expressam a evolução e as reformas de currículo na escola. O primeiro momento vai do final da década de 1960 a 1995, época em que o Departamento concentra poucas disciplinas em relação ao conjunto de disciplinas dos demais departamentos da FAU/UFRJ. São quatro disciplinas²¹ que expressam a formação básica em urbanismo para o graduando em Arquitetura nesta instituição durante praticamente três décadas, a saber: Legislação e Economia Aplicada; Planejamento Paisagístico; Planejamento Urbano I; Planejamento Urbano II. Eram disciplinas, oferecidas entre o 5º e 9º período, na última metade do curso, cujo conteúdo embora tenha sido modificado ao longo do tempo²² indicam forte relação com o período tecnocrata no Brasil, com um enfoque associado ao planejamento urbano e regional integrado.

A partir de 1991, quando se altera a nomenclatura do Departamento para Urbanismo e Meio Ambiente inicia-se uma primeira grande revisão das disciplinas na escola, que irá se materializar a partir de 1996 vigorando até 2005²³.

Gustavo Rocha Peixoto²⁴ esclarece que: A primeira reforma ocorreu quando o Luiz Paulo Conde foi diretor, entre os anos de 1990/1992. Ele fez uma reforma e o departamento de urbanismo cresceu e se firmou como um departamento mesmo, mudando inclusive de nome. Esse período é justamente o da crise do planejamento, sendo que o departamento assume o nome de Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente, mas manteve a antiga sigla (DPUR). O Departamento de Planejamento de Arquitetura também mudou de nome, passando a ser denominado de Projeto de Arquitetura.

As disciplinas do DPUR se ampliam e se renovam significativamente e, um conjunto de disciplinas eletivas é oferecido com o intuito de ampliar a formação do Arquiteto e Urbanista. As disciplinas que enfocam o urbano passam a ser oferecidas a partir do 3º período. As disciplinas voltadas aos planos urbanos e ao planejamento urbano praticamente desaparecem reduzindo-se a uma disciplina oferecida no 4º período denominada "Planejamento Urbano e Regional". A disciplina de Paisagismo aumenta sua participação no conjunto, passando a ser oferecida em dois semestres. Temas contemporâneos irão permear algumas disciplinas como a questão urbano e ambiental e a evolução do conceito de ecologia na disciplina "Urbanismo e Meio Ambiente", a história do urbanismo passa a ser um conteúdo ministrado em Urbanismo I e o projeto urbano em suas diversas escalas, assunto ministrado no âmbito das disciplinas Urbanismo III e IV, oferecidas entre quarto e oitavo período, respectivamente. No penúltimo período destaca-se a introdução de uma disciplina que busca contribuir para ampliar o enfoque urbano no Trabalho Final do Curso. A

carga horária das disciplinas de Urbanismo também se amplia, uma vez que no momento anterior esta variava entre 30 e 45 hs e, neste segundo momento, as disciplinas oferecidas a partir do quinto período passam a ter entre 60 hs e, predominantemente 90 hs, com destaque para Fundamentos para o TFG – Tema Urbano cuja carga horária é de 120 hs .

Em meados dos anos 2000, inicia-se uma nova discussão de reestruturação da graduação, cuja concepção principal não é o aumento de carga horária e sim a integração entre as disciplinas do curso. O Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo passou para quatro grandes eixos de conhecimento de modo a permitir uma integração cruzada e entre os diferentes estágios da prática profissional do arquiteto-urbanista, envolvendo o conjunto de disciplinas de forma sistêmica. São os seguintes eixos e suas características: Eixo Discussão: aborda os aspectos históricos, teóricos, estéticos e sócio-econômicos da arquitetura e da cidade; Eixo Concepção: articula as disciplinas que sintetizam o projeto nas suas diferentes escalas: cidade, bairro, rua, lote, arquitetura de interiores e detalhamento do edifício. Eixo Representação: compreende tanto o estudo da representação geométrica dos espaços quanto os meios de sua expressão criativa, envolve as disciplinas ligadas a representação e expressão da forma e do espaço, suas relações com a criação projetual. Eixo Construção: dialogam os diferentes aspectos técnicos, científicos e as tecnologias da execução dos objetos arquitetônicos e da cidade, compreendidas as conceituações físicas da estabilidade das edificações e do conforto ambiental, a fundamentação tecnológica do edifício e a gestão do canteiro de obras²⁵.

A partir da organização em quatro eixos de conhecimento, o novo currículo associou ainda, uma estruturação em três ciclos de estudos que envolvem os períodos de forma sucessiva e com complexidade crescente: Fundamentação (1º ao 4º períodos), Aprofundamento (5º ao 8º períodos) e Síntese (9º e 10º períodos). Nos quartos e oitavos períodos parte das disciplinas são integrada a partir de um mesmo objeto de trabalho: são os Trabalhos Integrados, TI I e TI II, respectivamente²⁶. Segundo Peixoto, embora tenha havido um pequeno aumento de carga horária em algumas disciplinas, a tônica principal desta reforma foi a integração.

Não cabe aqui fazer uma análise exaustiva desta organização e muito menos avaliá-la, mas interessa saber como as disciplinas do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente se organizam e se modificam a partir desta nova estruturação do ensino.

Do conjunto de 13 disciplinas obrigatórias do Departamento, sete estão locadas no Eixo Discussão, pois envolvem questões teóricas e conceituais; cinco são disciplinas que fazem parte do Eixo Concepção, envolvendo o projeto urbanístico em escalas diferentes, e o projeto paisagístico ; e uma disciplina encontra-se no Eixo Representação ministrada no 7º período. O Trabalho Integrado II aparece como de responsabilidade deste Departamento, pois a tônica das diversas disciplinas que estão no oitavo período é o projeto urbano.

Uma importante alteração ocorrida foi em relação às disciplinas de Urbanismo I a IV existentes na grade anterior. Segundo Eliane Bessa²⁷, os conteúdos ministrados nestas disciplinas envolviam desde a história do urbanismo (Urbanismo I), dada basicamente em apenas um período, passando pelo diagnóstico (Urbanismo II), pelo projeto de uma área de expansão (Urbanismo III) até a elaboração de um projeto urbano para áreas consolidadas (Urbanismo IV). Além do aumento no número de disciplinas do DPUR, houve alterações nas nomenclaturas e nas ênfases de importantes disciplinas ligadas ao urbanismo que passaram a ser oferecidas do primeiro ao oitavo período do curso.

Para Peixoto, historicamente as disciplinas de Urbanismo na FAU/UFRJ sempre estiveram no final do curso e as alterações propostas buscaram, entre outras questões, integrar algumas disciplinas ao longo do curso de modo que o aluno possa adquirir uma visão sistêmica entre arquitetura e cidade.

Tanto o professor Gustavo Peixoto quanto a professora Eliane Bessa reforçam a alteração proposta no primeiro período do curso em relação à disciplina de História da Cidade e do Urbanismo I e História da Arquitetura e das Artes I, disciplina do Departamento de Departamento de História e Teoria, que passaram a ser ministradas de forma integrada com professores diferentes na mesma sala de aula. As disciplinas têm como laboratório a cidade do Rio de Janeiro aonde são programadas visitas estratégicas envolvendo as discussões e o desenvolvimento dos trabalhos conjuntos. A experiência apesar de dificuldades operacionais vêm sendo avaliadas de forma positiva pelos docentes.

Segundo Eliane Bessa, além desta importante alteração, as demais disciplinas de História da Cidade e do Urbanismo (II a IV) passaram a realmente a ministrar conteúdos de história de forma periodizada - do Renascimento à Cidade Contemporânea, apesar de várias dificuldades e ajustes necessários que se encontram em curso.

Peixoto também reforça a importância dos trabalhos integrados I e II que de certa forma buscam superar a ideia de fragmentação do curso no âmbito dos departamentos e das especializações. O docente, que integrou a comissão de currículo responsável por elaborar a proposta de mudança e, em seguida, em sua gestão como diretor, teve a missão de implantá-la, relata que a suspensão de dois períodos em torno de um mesmo trabalho é uma oportunidade de implementar a integração entre conteúdos de forma sistêmica. Segundo Peixoto, “o urbanismo é introduzido no 4º período como coadjuvante”, pois a ênfase nesta etapa é o projeto do edifício com toda a sua complexidade. Já no 8º período, “o urbanismo é o protagonista”, pois é uma etapa dedicada à integração por meio da realização de um projeto urbano em áreas centrais degradadas.

Para Bessa, o grande ganho da reforma curricular de 2006 foi a introdução do trabalho integrado no quarto e oitavo período. A docente enfatiza: “este é o momento em que se teve a oportunidade

de se enxugar ao máximo as disciplinas para o aluno realmente trabalhar de forma articulada o Urbanismo, o Paisagismo e o Projeto Arquitetônico”.

Para a maioria dos professores entrevistados, ao mesmo tempo em que a integração é um avanço, existem importantes problemas que acabam por dificultar os objetivos pretendidos, mas tendem a ser superados com o tempo. A estrutura departamental foi o primeiro problema apontado sendo difícil romper com uma estrutura departamental concebida, arraigada há anos. Um segundo problema é a existência de setores dentro do Departamento. Aliado a esses dois entraves foi a introdução nesta reforma de co-requisitos em várias disciplinas, dificultando a realização de disciplinas desvinculadas e, de certa forma, engessando a estrutura e atrasando a formação do aluno.

Juntamente com as duas últimas reformas um rol de disciplinas eletivas irão ampliar o leque de oportunidades na ampliação da formação do arquiteto urbanista. Planos Diretores, Cidades planejadas deixam de estar no conjunto de disciplinas obrigatórias e passam a ser eletivas. Temas contemporâneos também são objetos das disciplinas eletivas oferecidas como, por exemplo, habitação popular, assentamentos precários, georeferenciamento, meio ambiente, legislação e gestão urbana e ambiental, entre outras. Vale ressaltar que embora, as disciplinas eletivas não necessariamente são oferecidas freqüentemente, particularmente em função do número reduzido de professores no Departamento.

Recentemente, novos ajustes estão sendo promovidos e debatidos nas disciplinas do curso de graduação da FAU / UFRJ indicando o dinamismo, o envolvimento e o comprometimento de seu corpo docente e administrativo com a formação adequada e contemporânea do arquiteto e urbanista.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE URBANISMO NA FAU/UFRJ: DO PLANO AO PROJETO URBANO

A análise do percurso dos antecedentes de formação da FAU/UFRJ e a evolução das disciplinas de urbanismo oferecidas nos dois cursos mais antigos indicam uma forte relação com as correntes urbanísticas que predominaram ao longo do século XX, em cinco importantes fases.

A primeira fase (1895 -1930) vinculava-se aos planos de embelezamento, quando o tratamento da cidade se dava segundo uma visão formal, estética, em partes das cidades, conceitos estes amplamente difundidos na Escola de Belas Artes. (VILLAÇA, 1999; LEME, 1999).

A segunda fase (1930-1960) vincula-se ao urbanismo da escola racionalista/progressista, corrente modernista que introduz uma visão “onde os arquitetos idealizam a nova cidade, atual e moderna,

harmônica e eficiente, igualmente distribuída a todos e vivenciada por um homem-tipo universal” (MONTE MOR, 2008, p. 27). Embora, a reforma proposta por Lucio Costa na ENBA não tenha tido tempo de se concretizar, é evidente a relação desta corrente com os cursos que serão propostos em seguida.

No bojo da Revolução de 1930, Costa ao propor a reforma da ENBA inclui em seu currículo a primeira cadeira de Urbanismo. Mesmo não alcançando sucesso, esta iniciativa irá influenciar a criação do primeiro curso de Urbanismo para graduados no âmbito da UDF. Tal fato expressa a necessidade de naquele momento capacitar os profissionais “arquitetos e engenheiros” que construíam e pensavam a cidade em sua plenitude: os edifícios e a infraestrutura urbana, uma cidade em pleno processo de expansão.

Sob a influência dos preceitos modernos, o ensino de arquitetura na FNA se debruça sobre o edifício e da infraestrutura urbana, e o de Especialização em Urbanismo associa-se à criação de planos urbanos que propõe transformações radicais na estrutura urbana existente, negando a cidade existente.

A terceira fase (1960 – 1985) é marcada pelos “planos diretores integrados” de caráter funcional e tecnicista, onde a atuação dos engenheiros de certa forma se superpõe à dos arquitetos (MONTE- MOR, 2008; VILLAÇA, 1999; LEME, 1999). Em São Paulo, Rio de Janeiro e outras importantes capitais a presença do francês Padre Lebreton, fundador da Sagmacs (Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), no final dos anos de 1950. Ela influenciará diretamente o ensino de urbanismo tanto na FAU/ UFRJ como em outras escolas do país, que passaram a incorporar em seu currículo disciplinas ligadas ao planejamento local integrado.

Este modelo acentuou-se após o golpe militar de 1964, com o projeto de construção nacional e a valorização urbano-industrial, fruto da modernização acelerada dos anos de 1950. A urbanização tornou-se um elemento da modernização, o planejamento urbano passou a servir como um instrumento fundamental no diagnóstico sobre os problemas urbanos foi adotada uma postura tecnocrata, cujo padrão é marcado pela importação de idéias de racionalidade administrativa, introdução de uma tecnificação dos problemas urbanos e uma conseqüente e suposta “despolitização” dos mesmos. Para Costa (2008) é uma fase caracterizada pela incorporação dos aspectos econômicos e sociais e pela atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau).

O Curso de Especialização de Urbanismo da UFRJ incorpora disciplinas de base quantitativas advindas de outras áreas de conhecimento, como a engenharia, sociologia e geografia. O ensino de urbanismo no curso de Arquitetura na Graduação, embora restrito, também incluía, em seu currículo, disciplinas ligadas ao planejamento integrado e local.

Na década de 1970 as disciplinas oferecidas pelos cursos da FAU /UFRJ reforçam o caráter do planejamento territorial integrado e uma visão desenvolvimentista, num contexto do período de ditadura militar. O ensino de planejamento regional ganha corpo, a partir da instituição das regiões metropolitanas no nível federal em 1973.

No fim dos anos de 1970, apesar da manutenção de várias disciplinas com abordagem ligada ao planejamento integrado, observa-se um período de transição em que novas disciplinas, (principalmente ligadas ao patrimônio, ao paisagismo) convivem com velhas, colocando em causa o modelo de planejamento vigente e evidenciando que os planos desenvolvimentistas deixam de ter importância no cenário nacional.

Em meados dos anos de 1980, inicia-se a quarta fase que irá perdurar até início dos anos 2000, com a introdução de um ensino de urbanismo voltado para o então planejamento estratégico, com ênfase no projeto urbano. Por um lado, as transformações internacionais dos anos 1980 se associam ao contexto de falência do “milagre econômico brasileiro” do período militar, a uma situação de grave endividamento público e de visibilidade da extensão das desigualdades sociais, fortemente concentradas nas cidades, que convergem num amplo movimento social pela redemocratização do país.

Por outro, os movimentos sociais ganham vulto impulsionados por demandas de acesso às políticas sociais e urbanas, relacionados à habitação, saúde e outras questões relativas às condições de vida. A Constituição Federal de 1988 promove a descentralização municipal, valoriza o município e a gestão municipal democrática e o Plano Diretor volta-se ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana. As demandas de políticas urbanas giram em torno da resolução do acesso à moradia, ao transporte público, à urbanização de favelas, à regularização fundiária, entre outras.

Tanto no âmbito acadêmico como no profissional a atuação do urbanista é marcada por uma discussão e questionamento dos planos urbanísticos e sua paulatina substituição pelo projeto urbano. Reforça-se o questionamento do ensino tradicional do planejamento que trazia em si os princípios de um modelo idealizado de cidade, e defende-se uma abordagem de projeto urbano frente às especificidades e à complexidade da realidade urbana.

Merece destaque em 1992 a II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (promovida pela ONU) ocorrida no RJ, e a partir de 1993, na gestão do Prefeito César Maia e com Luiz Paulo Conde à frente da Secretaria de Urbanismo (ex-diretor da FAU/UFRJ) a promoção de um conjunto de políticas estratégicas voltadas á reverter a degradação e o abandono do ambiente urbano e dos assentamentos precários. “Rio Cidade” e “Favela Bairro” foram importantes programas que contam com a participação dos arquitetos, profissionais e acadêmicos da FAU/UFRJ (com o apoio do IAB/RJ).

Diversos autores enfatizam que o conceito de projeto urbano assinala contraposição às práticas do Urbanismo Moderno, modelo preconizado em décadas anteriores, fundado na aplicação de regras simples, estáveis e imperativas, e na reprodução de soluções espaciais homogêneas, aonde os planos urbanísticos tinham por objetivo principal controlar o futuro, reduzir a incerteza e projetar a totalidade urbana. Para Machado (2004, p. 92) o projeto urbano é parte de um “novo urbanismo” que surge como contraposição ao conjunto de práticas advindas do Urbanismo Moderno - tais como planos diretores que se propunham o planejamento de longa duração. Surge pautado na “gestão estratégica urbana”, e fundamentado em “projeto urbano”, o que implica em procedimentos reflexivos, contando com uma multiplicidade de projetos de natureza diversa que devem buscar coerência e articulação entre si levando em conta as potencialidades locais e as possibilidades de transformação do espaço. Não é de hoje que a necessidade e a relevância do planejamento em geral e do planejamento urbano em particular é questionada. Em artigo que já tem duas décadas, mas que continua atual, Richard Klosterman fez uma revisão dos argumentos a favor e dos argumentos que questionam o valor do planejamento. Mais recentemente, o questionamento dos planos no campo da Arquitetura e Urbanismo levou a argumentos que apontam para o seu abandono, defendendo sua substituição por projetos pontuais de alcance e escopo delimitados. Questionando-se os princípios tradicionais do planejamento que trazia em si os princípios modernistas de realização de um modelo idealizado de cidade, chegou-se à negação da própria atividade de planejamento em seu conjunto.

Na FAU/UFRJ altera-se o nome do Departamento de Planejamento Urbano e Regional para Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente. Em 1992 o Curso de Especialização em Urbanismo é extinto, dando lugar ao Proureb (Mestrado Acadêmico), com ênfase no projeto urbano e em temas ligados às questões emergentes da cidade. Na Graduação, ampliam-se as disciplinas de urbanismo na estrutura curricular que passam a ser ensinadas desde o início do curso. As temáticas passam a ser ministradas em diferentes escalas e graus de complexidade ao longo do curso, e as disciplinas voltadas ao planejamento urbano e regional reduzem-se à um período.

Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, seguido, em 2003, da criação do Ministério das Cidades, a questão urbana passa a ser prioritária. Inicia-se a quinta fase marcada pela retomada do planejamento urbano entendido como parte de um processo democrático. Neste contexto, o plano diretor passa a ser parte da agenda político-institucional e novos instrumentos urbanísticos assinalam caminhos a uma possível articulação entre plano e projeto como parte de um processo democrático em “construção”.

Nesta mesma década, a Graduação da FAU/UFRJ passa por outra reforma, que busca integrar as disciplinas horizontal e verticalmente com vistas à formação de um profissional mais atento às transformações em curso na cidade contemporânea. As disciplinas de urbanismo ganham papel central na formação do profissional, a partir de uma visão integrada entre arquitetura e cidade,

onde o projeto urbano passa a ser o eixo central no final do curso. Várias disciplinas ligadas ao planejamento e à gestão urbana são incluídas no rol de disciplinas eletivas dando a oportunidade ao estudante ampliar a sua formação se assim o desejar. No âmbito extracurricular, a pesquisa e a extensão passam a ser atividades estratégicas, incentivando parte dos estudantes prosseguirem na Pós - Graduação. De certa forma, a análise curricular da FAU/UFRJ recentemente aponta para articulação das disciplinas de urbanismo (ainda que em constante revisão), onde convivem os inúmeros temas que hoje emergem na cidade, em suas diversas escalas.

Enfim, longe de esgotar o tema, a análise da evolução dos cursos da FAU/ UFRJ indica que importantes transformações ocorridas no ensino, seja no contexto da especialização ou da graduação, vêm buscando contribuir, em cada fase, com a formação de um profissional voltado às especificidades do então contexto político e socioeconômico do país. As duas últimas fases analisadas, observa-se que o ensino volta-se à formação de um profissional mais atento e capaz de enfrentar os processos reais de transformações das cidades.

Atualmente, no Brasil vive-se um período de intensas transformações espaciais e urbanas, emergindo inúmeras oportunidades para uma atuação multi, pluri e interdisciplinar do profissional arquiteto e urbanista. Neste contexto, o ensino da disciplina “urbanismo” assume importante papel. O estudo de caso escolhido, embora deva ser aprofundado e comparado com outros, sinaliza que a formação atual do arquiteto e urbanista exige cada vez mais uma abordagem multidisciplinar e trans-escalar frente aos processos socioespaciais em curso das cidades brasileiras.

A atualização à conjuntura da realidade atual do ensino de Urbanismo nas escolas de Arquitetura e Urbanismo deve ter como implicação direta o enfrentamento dos desafios dos diferentes processos de urbanização que emergem no mundo e nas cidades brasileiras, em uma perspectiva de produção e intervenção na cidade, ainda que limitada, orientada pelos princípios de justiça social, equidade e sustentabilidade da cidade contemporânea, nas suas diversas escalas.

Referências

COSTA, G. M. “Prática e ensino em planejamento urbano no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. IN COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. **Planejamento Urbano no Brasil**. Trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/ Arte 2008, pp. 66 – 79.

FÁVERO, M. de L. de A. DA CÁTEDRA UNIVERSITÁRIA AO DEPARTAMENTO: subsídios para discussão. PROEDES/Faculdade de Educação/UFRJ, 2001. Disponível em

<http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>. Acesso em 10 abr 2011.

LEME, M. C. da S.. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1865-1965. In: LEME, M. C. da S. (coord.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Estúdio Nobel; FAUUSP; FUPAM; São Paulo – SP, 1999.

MACHADO, D. B P.; PEREIRA, M. da S.; MARQUES DA SILVA, R. C “Breve panorama evolutivo do ensino de urbanismo no Brasil”. In: MACHADO, D. B P.; PEREIRA, M. da S.; MARQUES DA SILVA, R. C (Orgs). **Urbanismo em questão**. Rio de Janeiro: PROURB, 2003.

MACHADO, D., P. B. “Cidade contemporânea e projetos urbanos”. In: SCHCHI, M. C. e BENFATTI, D. (org.) **Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro**. Campinas, Rio de Janeiro: Ócullum Ensaios, PROURB/UFRJ, 2004, pp. 91 – 102.

MONTE-MOR, R. L. de M. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. **Planejamento Urbano no Brasil**. Trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/ Arte 2008, pp. 31 – 65.

PINHEIRO, M. L. B.. Lúcio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes. In: 6o. Seminário DOCOMOMO-Brasil, 2005, Niterói. **Anais...** 6o. Seminário DOCOMOMO-Brasil, 2005.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. Editora Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 1999.

Documentos consultados:

FAU/ UFRJ. Ementas das Disciplinas do Curso de Urbanismo nos períodos 1953 / 1960; 1961 /1968; 1969; 1970; 1971 1972 1973 - 1976 1977 1978 - 1980 1981 – 1986; 1987. (mimeo).

FAU/ UFRJ. Ementas das Disciplinas do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente nos períodos 1960; 1975; 1982/1995; 2006. Disponível nos arquivos da FAUFRJ (mimeo).

FAU/ UFRJ. Estatuto do Curso de Arquitetura. 1971. (mimeo)

FAU/ UFRJ. Regimentos do Curso de Urbanismo, 1973, 1985, 1992. (mimeo)

FAU/UFRJ. História. Disponível em: <http://www.fau.ufrj.br>. Acesso em 10 jan 2011.

Agradecimentos aos professores entrevistados:

- Profª. Drª. Denise Barcellos Pinheiro Machado, Diretora da FAU/UFRJ gestão 2010 - 2013;
- Prof. Dr. Gustavo Rocha Peixoto, Diretor gestão 2006-2009;
- Profª. Drª. Eliane R. de A. da Silva Bessa, chefe do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente; Professora PROURB/FAU/UFRJ.
- Profª. Drª. Margareth A. C. da Silva Pereira. Professora PROURB/FAU/UFRJ.

Notas

¹ Este artigo é parte das reflexões da pesquisa acadêmica intitulada “Formação e Atuação Profissional do Urbanista em Portugal e no Brasil”, financiada pelo Fundo Mackpesquisa. Todas as considerações feitas aqui são de exclusiva responsabilidade dos autores.

² Anísio Spínola Teixeira foi um jurista, intelectual, educador , escritor brasileiro e personagem central na história da educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930. Difundiu os pressupostos do movimento da Escola Nova, que tinha como princípio a ênfase no desenvolvimento do intelecto e na capacidade de julgamento, em preferência à memorização e defensor do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, divulgado em 1932. À frente da Secretaria de Instrução Pública, nesse período, Anísio Teixeira organiza uma rede municipal de ensino que vai da escola primária à universidade. (ROCHA, 2000).

³ O artigo 50 das Instruções I, define os outros cursos ligados às artes: I – Arquitetura e Artes Decorativas; II - Artes Industriais; III Música e Danças; IV. Drama e Cinema.

⁵ Há registros da presença e atuação de professores franceses, na UDF, em 1936, lecionando nas Escolas de Economia e Direito e de Filosofia e Letras. São eles: Émile Bréhier, Eugène Albertini, Henri Hauser, Henri Tronchon, Gaston Leduc, Etienne Souriou, Jean Bourciez, Jacques Perret, Pierre Deffontaines e Robert Garric. Na Escola de Ciências, registra-se a presença, em 1935 e 1936, de

outros estrangeiros, como: Viktor Lenz e Bernhard Gross. Entre os brasileiros, destacamos: além de Anísio, Afrânio Peixoto, Roberto de Azevedo, Hermes Lima, Lelio Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascente, Cândido Portinari, Heloisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Lourenço Filho e Carneiro Leão.

⁶ A professora Dra. Margareth da Silva Pereira concedeu entrevista à autora em julho de 2010 e gentilmente disponibilizou seu acervo sobre os cursos de Urbanismo da Escola Nacional de Belas Artes e da Universidade Federal do Distrito Federal. Seu depoimento contribuiu para conseguirmos ampliar a pesquisa a partir de outras fontes.

⁷ Carmem V. Portinho foi a primeira mulher do país a receber o título de Urbanista na Universidade do Distrito Federal. Nos anos 1940 chefiou o Departamento de Habitação Popular para traçar um plano de acomodação dos funcionários públicos em apartamentos funcionais, perto do emprego. Dessa proposta saiu o projeto do conjunto do Pedregulho, no Rio, cujo arquiteto foi Affonso Eduardo Reidy, companheiro de Carmen. MARCOLIN, N. Pesquisa Fapesp on line. <http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=3187&bd=1&pg=1&lg>. Acesso em 10 jan 2011.

⁸ O arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo participou ativamente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e foi presidente entre os anos de 1930 e 1932 e 1937 e 1943.

¹⁰ O nome atual é Escola de Belas Artes.

¹² Importante ressaltar que é a partir dos anos de 1970 que surge novos cursos voltados ao ensino do urbanismo, particularmente de planejamento urbano e regional. Em 1970 foi criado o Propur / UFRGS (Programa de Urbanismo Strito Sensu da Universidade Federal do Rio Grande de Sul) e em 1971 o PUL que em meados da década transformou-se em PUR – Programa de Urbanismo no âmbito da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE/UFRJ. O PUR deu origem, em 1987, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - instituto especializado nesta área de conhecimento que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ (COSTA, 2008).

¹³ A Resolução n. 218/1973 do CREA / Confea discrimina as atividades das diferentes modalidades desse conselho, entre elas as do arquiteto e do urbanista. No seu artigo 21 as competências do Urbanista são estabelecidas.

¹⁴ De acordo com informações obtidas na FAU-UFRJ, suas atividades encerraram-se entre os anos de 1992 e 1993.

¹⁵ Nos arquivos da FAU/UFRJ tivemos acesso às grade de disciplinas oferecidas entre 1953 e 1987. As ementas ano a ano somente foram possíveis obtermos a partir de 1971.

¹⁶ A partir de 1971 o curso passa a ser oferecido em módulos semestrais, sendo que o número de disciplinas aumenta significativamente: de 8 disciplinas oferecidas anteriormente, o curso passa a ter 15 em 1971 e 17 disciplinas em 1986. O aluno deveria cumprir um total de 44 créditos adquiridos em média, em 4 semestres¹⁶, com carga horária teórica de 660 horas e 1.320 hs de estudos e pesquisas e defender individualmente perante banca examinadora o trabalho final do curso para obter a concessão do título de urbanista¹⁶.

¹⁷ O arquiteto Luiz Paulo Conde foi prefeito da Cidade do Rio de Janeiro entre 1997 e 2000, dando continuidade à então política implementada.

¹⁸ Nesta ocasião, o arquiteto e professor da FAU/UFRJ Sérgio Magalhães será convidado por Conde para assumir o cargo de Secretário Executivo do Grupo Especial de Assentamentos Populares - GEAP, deveria elaborar a política habitacional da cidade, sendo a partir de 1994 designado como Secretário de Habitação e responsável pelo Programa Favela Bairro.

¹⁹ Embora não tenha sido possível obter registros desta fase, as entrevistas com docentes que conhecem a história da Instituição apontam que praticamente não havia disciplinas voltadas para o urbanismo, com exceção de uma ou outra que não foi possível identificar.

²⁰ As cátedras no Brasil foram extintas em 1968 por meio da lei a Lei 5.540. Mas já em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei nº 4.024/61) veta as cátedras, deixando a figura do catedrático menos precisa em termos legais, mais não menos atuante ou diminuída em seu prestígio e poder. É pertinente observar, também, que a LDB faz referência aos Conselhos Departamentais e concebe os departamentos como reunião de cátedras afins, já que elas permaneceram como decorrência de dispositivo constitucional. Entre 1961 e 1968 há uma coexistência entre cátedras e departamentos, quando a Constituição de 1967 já havia revogado o privilégio de vitaliciedade da cátedra. A partir de 1968 passa a existir nas universidades públicas o departamento sob o princípio da co-responsabilidade de todos os membros dele integrantes e não mais do catedrático como elemento como elemento centralizador das decisões acadêmicas. (FÁVERO, 2001) Com a promulgação da nova LDB, Lei nº. 9394/96, em que o departamento não é mais uma exigência legal na estrutura da universidade, algumas instituições universitárias retomam essa discussão, propondo formas de organização diferentes dos modelos acadêmico-administrativos impostos num passado que ainda está presente.

²¹ A disciplina de Organização e Prática Profissional foi oferecida no mesmo Departamento no ano de 1975.

²² Foram analisadas todas as ementas das disciplinas.

²³ Foram realizados alguns ajustes nesta estrutura proposta em 2001 e 2003, mas que não interferem na análise.

²⁴ O professor Dr. Gustavo Rocha Peixoto foi diretor da FAU/UFRJ entre os anos de 2006 – 2009 e concedeu entrevista à autora em julho de 2010.

²⁵ Disponível em <http://nova.fau.ufrj.br>. Acesso em 25 jan 2011.

²⁶ Ibidem

²⁷ A socióloga prof Dra. Eliane Bessa, atual chefe do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da FAU/UFRJ, foi entrevistada pela autora em janeiro de 2011.